

DEUS: A PROVA CARTESIANA DE UM DEUS, A PARTIR DA IDEIA DE EXISTÊNCIA NECESSÁRIA, EXAMINADA, DE JOHN LOCKE (INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS)

Leandro Alves da Silva (Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Especialista em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Especialista em Literatura Contemporânea pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Licenciando em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER).

Contato: las.ctba@gmail.com

RESUMO

Este artigo traz a lume tradução, em língua portuguesa, do manuscrito lockeano *Deus: A prova cartesiana de um Deus, a partir da ideia de existência necessária, examinada* (1696), incluindo introdução e notas. Através do manuscrito, Locke deixa claro que não aceita o argumento ontológico cartesiano como prova *a priori* e apodítica da existência de Deus, considerando que a existência necessária é uma qualidade atribuível, de modo arbitrário, tanto a um Ente primeiro cogitativo quanto à matéria prima não cogitativa. Assim, a afirmação de que a ideia de Ente Necessário implica na sua necessária existência pode ser utilizada tanto pelo teísta quanto pelo ateu. As considerações apresentadas no manuscrito lockeano são coerentes com a teologia natural proposta no livro IV do *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, cuja demonstração apoia-se na impotência do nada e no princípio da adequação causal, seguindo a longa tradição dos argumentos *a posteriori* para a existência de Deus.

Palavras-chave: John Locke. Argumento Ontológico. Ente Necessário. Teologia Natural. Metafísica.

INTRODUÇÃO

O argumento ontológico é, provavelmente, o mais polêmico, sutil e intrincado dos argumentos para a existência de Deus. Desde a Idade Média, possui célebres defensores e detratores. Ele foi concebido inicialmente na obra *Proslógio*, de Anselmo de Canterbury, cuja argumentação pode ser resumida no seguinte silogismo:

P1: Deus é o ente acerca do qual não se pode pensar algo maior.

P2: Se esse Ente não existe na realidade, pode-se cogitar outro que o excede em excelência.



C: Logo, o Ente acerca do qual não se pode pensar algo maior existe no entendimento e na realidade.¹

Esse argumento é classificado por Kant como *a priori*², isto é, independente da experiência e partindo de simples conceitos para a sua formulação. Seu ponto-chave é a afirmação de que a existência real é, de fato, uma perfeição. Assim, se um ente é cogitado como perfeitíssimo, ou seja, o máximo concebível pela mente humana, a existência real faz parte da sua essência.

René Descartes, no *Discurso de Método*, segue um caminho semelhante ao proposto por Anselmo, também afirmando que a ideia de Deus implica na sua existência necessária. O argumento defendido foi o seguinte:

P1: Tenho uma ideia clara e distinta do Ente perfeitíssimo.

P2: A essência do Ente perfeitíssimo inclui a existência atual.

C: Logo, o Ente perfeitíssimo existe.³

Esse silogismo, segundo o filósofo francês, seria de uma certeza tão apodítica quanto qualquer demonstração geométrica:

Pois, por exemplo, eu bem via que, ao supor um triângulo, era preciso que seus três ângulos fossem iguais a dois retos, mas nem por isso via algo que me assegurasse de que houvesse no mundo algum triângulo. Ao passo que, voltando a examinar a ideia que eu tinha de um ser perfeito, achava que nele a existência estava compreendida, do mesmo modo, ou com mais evidência ainda, que na de um triângulo onde está compreendido que seus três ângulos são iguais a dois retos, ou na de uma esfera que todas as suas partes são equidistantes do centro; e que, por conseguinte, é pelo menos tão certo que Deus, que é esse ser perfeito, é ou existe, quanto pode ser qualquer demonstração de geometria.⁴

O fato de o argumento ontológico cartesiano ser puramente racionalista já seria razão suficiente para que Locke o rejeitasse. Como é sobejamente conhecido, o pai do empirismo moderno defendeu que a mente humana é uma folha em branco, isto é, todo o conhecimento inicia-se nos sentidos, os quais inscrevem ideias simples no espírito humano. Assim, sem qualquer percepção da realidade, não é possível cogitar qualquer existência, mesmo aquela do Ente perfeitíssimo.

¹ ANSELMO, 2016.

² KANT, 2001.

³ DESCARTES, 1996.

⁴ DESCARTES, 1996, p. 42.



Essa dissonância entre a filosofia lockeana e o argumento ontológico cartesiano fica evidente quando lembramos que Locke foi um decidido crítico do inatismo, cuja argumentação em favor da existência do Ente primeiro baseava-se nas ideias inatas. Para Ralph Cudworth, por exemplo, a existência de Deus dependia do pressuposto de que o ser humano é dotado de ideias inatas, ou seja, cuja origem é o próprio Criador. Assim, quando empirismo afirmava que nada há na mente que não passou primeiramente pelos sentidos, o corolário lógico seria o ateísmo.⁵

Em defesa da ideia inata do Ente perfeitíssimo, René Descartes afirmou:

Igualmente, por acharmos em nós a ideia de um Deus ou de um Ser extremamente perfeito, podemos pesquisar a razão que determina que tal ideia esteja em nós. Contudo, depois de ponderar, com suficiente atenção, quão imensas são as perfeições que essa ideia representa para nós, somos forçados a confessar que apenas a poderíamos conceber partindo de um ser muito perfeito. Isto é: de um Deus que é realmente ou que existe, por isso que, não apenas é evidente, pela luz natural, que o nada não pode estar à volta do que quer que seja, e que o mais perfeito não poderia ser uma continuação ou uma dependência do menos perfeito, porém ainda porque verificamos, através desta mesma luz, que não é possível termos a ideia ou a imagem do que quer que seja se não existe, em nós ou fora de nós, um original que compreende, efetivamente, todas as perfeições que assim são representadas para nós. Como bem sabemos, porém, que estamos submetidos a muitas imperfeições, e que não temos essa derradeira perfeição de que temos ideia, é preciso que concluamos que elas estão em alguma natureza diversa da nossa e, verdadeiramente, muito perfeita, quer dizer, Deus; ou ao menos que antigamente participaram de tal coisa, e, por haverem sido infinitas, ainda o são.⁶

Muito sucintamente, Locke tratou do argumento ontológico no Livro IV, cap. 10, do *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, afirmando que a ideia do Ser mais perfeito não é uma boa maneira de provar a Sua existência. Na verdade, há pessoas que não têm essa ideia em suas mentes ou possuem ideias muito diversas dela. Logo, a ideia do Ente perfeitíssimo não é inata, portando não serve como primeira premissa da demonstração, como desejava Descartes. Na verdade, para que essa ideia exista, ela depende da combinação de ideias simples, as quais têm sua origem nos sentidos e na reflexão.

Porém, quando tratou explicitamente do assunto, Locke buscou outra via de impugnação. Datado de 1696, o manuscrito *DEUS - Descartes's Proof of a God, from the Idea of necessary Existence, examined* é um brevíssimo ensaio no qual o argumento ontológico cartesiano é considerado inválido. Ele seria, na verdade, uma petição de princípio, ou seja,

⁵ MARTINS; MONTEIRO, 1999.

⁶ DESCARTES, 2007, pp. 61-62.



a conclusão de que o Ente perfeitíssimo existe já é presumida antes do desenvolvimento do argumento. Em outras palavras: o Ente perfeitíssimo existe, pois Ele existe.

Por conta disso, segundo Locke, haveria uma grande fraqueza no argumento cartesiano: tanto o Ente primeiro cogitativo quanto a matéria prima sem percepção poderiam ser considerados como o Ente primeiro da realidade, considerando que, em ambas as situações, a existência necessária é agregada de forma arbitrária ao conceito de ente.

Porém, deve-se considerar que Descartes dificilmente aceitaria essa refutação:

Porque existem coisas no mundo limitadas e de qualquer modo imperfeitas, ainda que observemos nelas certas perfeições; concebemos, contudo, com facilidade, que não é possível que algumas estejam em Deus. Desse modo, já que a extensão é a natureza do corpo, e que o que é extenso pode ser dividido em diversas partes, e que uma coisa assim indica imperfeição, concluímos que Deus não é um corpo. Ainda que seja uma vantagem para os homens ter sentidos, contudo, por os seus sentimentos se constituírem em nós por impressões que vêm de fora, e significar isso uma dependência, concluímos igualmente que Deus não tem nada que se lhes pareça, e que entende e quer, não como nós, por processos diferentes, porém, sempre, por uma mesma e muito singela ação, entende, deseja e tudo realiza; e que ele não deseja a malícia do pecado, já que este é privação do bem.⁷

Há, porém, um valioso *insight* apresentado por Locke: mesmo mais cético dos filósofos precisa admitir que algo existe desde a eternidade. Essa afirmação é logicamente necessária, pois o seu inverso implica em contradição. Nas palavras do filósofo inglês:

Além disso, o homem sabe, mediante certeza intuitiva, que o puro nada não pode produzir mais nenhum ser real, do que pode se igualar a dois ângulos retos. Se um homem não sabe que a não-existência, ou a ausência de todo ser, não pode ser igual a dois ângulos retos, é impossível que deva saber qualquer demonstração em Euclides. Se, portanto, sabemos que há certo ser real, e que a não existência não pode produzir nenhum ser real, consiste numa demonstração evidente: desde a eternidade tem sido algo, desde que o que não existiu desde a eternidade teve um começo, e o que teve um começo deve ter sido produzido por algo.⁸

Assim, segundo Locke, a controvérsia fundamental no argumento ontológico não reside no fato de algo ser necessariamente existente, mas sim se esse algo é um Ente imaterial cogitativo ou a matéria prima não cogitativa. Afirmar que o Ente necessário necessariamente existe pode servir tanto ao teísta quanto ao ateu, ficando a controvérsia sem solução.

⁷ DESCARTES, 2007, pp. 64-65.

⁸ LOCKE, 1999, pp. 267-268.



Locke procurou eliminar essa aporia com a seguinte demonstração: assim como o nada não pode causar algo, a matéria não cogitativa não possui potência para gerar, por si mesma, um ente cogitativo. Se um ente (a matéria) pode ser a causa de uma perfeição que não possui (a cogitação), então é preciso aceitar que o puro nada pode ser a causa de algo.⁹ Aqui, o pai do empirismo lança mão do princípio de adequação causal.¹⁰

Em defesa da mesma conclusão, Duns Scotus argumentou, no genuíno estilo escolástico:

91. Uma terceira prova: algo é causado contingentemente; consequentemente, a causa primeira causa contingentemente; consequentemente, causa querendo.

- Prova da primeira consequência: toda e qualquer causa age enquanto movida pela primeira; logo, se a primeira movesse necessariamente, toda e qualquer causa segunda seria movida necessariamente, e todo e qualquer efeito seria causado necessariamente. Prova da segunda consequência: só a vontade ou algo que a acompanhe é princípio de atuação contingente; toda e qualquer outra causa age por necessidade de natureza e não contingentemente.¹¹

Assim como o doutor sutil¹² e muitos outros filósofos¹³, Locke confiava numa demonstração *a posteriori* da existência real e necessária de um Ente imaterial, cogitativo e sumamente poderoso, prova essa apresentada no *Ensaio*, Livro IV, cap. 10.

Com essas considerações, segue abaixo a tradução e notas do manuscrito lockeano. Foi utilizado como base o texto publicado em *Life of the John Locke* de Lord King¹⁴, com consulta à transcrição disponibilizada pelo *Digital Locke Project*.¹⁵

Deus: A prova cartesiana de um Deus, a partir da ideia de existência necessária, examinada – 1696.

Embora eu tenha ouvido a opinião de Descartes concernente à existência de um Deus, frequentemente questionada por homens sóbrios e não por inimigos de sua reputação, eu suspendi, porém, meu julgamento acerca dele [Descartes], até que recentemente,

⁹ LOCKE, 1999.

¹⁰ Aqui é necessário um esclarecimento: enquanto Locke aplica o princípio no plano empírico e ontológico, Descartes o aplica no abstrato e ideal.

¹¹ SCOT, 2015, p. 87.

¹² Duns Scotus fazia uma diferenciação entre as demonstrações *propter quit*, em razão da própria causa, e *quia*, através dos efeitos (MERINO, 2007).

¹³ Para obter um panorama sobre o assunto, confira-se CRAIG, 2001.

¹⁴ KING, 1829, pp. 312-315.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.digitallockeproject.nl/cgi/t/text/text-idx?c=locke;sid=7f2d8c3f1ee217fd62b6a05edaabbe31;rgn=div1;idno=dlp-ADD;view=text;node=ADD:1>>.



ajustando meu espírito para examinar sua prova de um Deus¹⁶, eu descobri que, através dela, a matéria sem percepção pode ser o primeiro ente eterno e causa de todas as coisas, tanto quanto um espírito imaterial inteligente. Isso, junto com sua rejeição, para fora de sua filosofia, da cogitação acerca das causas finais, bem como seu labor para invalidar todas as outras provas de um Deus, excetuando-se a sua própria, inevitavelmente lançam sobre ele alguma suspeita.

A falácia de sua pretensa grande prova de uma Deidade apresenta-se para mim desse modo.

A questão entre os teístas e os ateus eu tomo por ser isto: não se o nada tem existido desde a eternidade, mas sim se o eterno Ente que fez, e continua mantendo, todas as coisas em sua ordem, beleza e método, os quais são vistos nelas, é uma substância imaterial cogitativa ou uma substância material sem percepção; pois que algo, quer a matéria sem percepção, quer um espírito cogitativo, tem existido desde a eternidade, eu penso que ninguém duvida¹⁷.

A ideia teísta do Ente eterno é aquela de uma substância imaterial cogitativa, a qual fez e continua mantendo todos os entes do universo em sua ordem, através da qual eles são preservados. A ideia ateísta do Ente eterno é a matéria sem percepção. Então, a questão entre eles é qual dos dois é, de fato, esse Ente eterno, o qual tem existido desde sempre.

Agora eu digo: todo aquele que usar a ideia da existência necessária para provar [a existência de] um Deus, isto é, um eterno espírito imaterial cogitativo, não terá nada mais a dizer acerca dele, a partir da ideia da existência necessária, do que um Ateu tem acerca de sua matéria eterna, onipotente e sem percepção, por exemplo. A ideia complexa de Deus, diz o Teísta, é substância, imaterialidade, eternidade, conhecimento e a potência para fazer e produzir todas as coisas. Eu admito isso - diz o Ateu - mas como você prova que algum Ente real existe correspondendo à ideia complexa na qual essas ideias simples estão combinadas?¹⁸ Através de outra ideia - diz o Teísta Cartesiano - a qual eu incluo em minha ideia complexa de Deus, isto é, a ideia da existência necessária.

Se isto é possível - diz o Ateu - eu posso igualmente provar a existência eterna do meu primeiro ente, a matéria; pois salvo adicionando-se a ideia da existência contingente naquela a qual eu tenho, onde substância, extensão, solidez, eternidade e a potência para fazer e produzir todas as coisas estão combinadas, minha matéria eterna é provada como

¹⁶ *Discurso do Método, Quarta Parte; Meditações sobre a Filosofia Primeira, Quinta Meditação; Princípios de Filosofia*, artigos 13 a 23.

¹⁷ *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, Livro IV, Capítulo X, nº 3.

¹⁸ Sobre as ideias simples e complexas: *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, Livro II, Capítulos II e XII.



necessariamente existente sobre tão seguras bases quanto em relação ao Deus imaterial, pois tudo o que é eterno necessita ter a existência necessária incluída nele. E agora quem tem a vantagem em apresentar uma prova adicionando em sua mente a ideia de existência necessária à sua ideia de Ente primeiro? A verdade é desse jeito: aquilo que precisa ser provado, isto é, a existência, já está pressuposto, e então ambos os lados apenas utilizam uma petição de princípio.

Eu tenho a ideia complexa de substância, solidez, e extensão reunidas, a qual eu chamo “matéria”. Isso prova que a matéria existe? Não. Eu, junto com Descartes, adiciono a essa ideia de matéria um tamanho tão largo quando o próprio espaço. Isso prova que existe tal matéria desse tamanho? Não. Eu adiciono a essa ideia complexa a ideia de eternidade. Isso prova que a matéria é eterna? Não. Eu adiciono a ela a ideia de existência necessária. Isso prova que a matéria necessariamente existe? Não. Tente isso em sua mente, e será exatamente assim, cuja verdade é a de que agrupar ou separar, inserir ou retirar, uma ou mais ideias de qualquer ideia complexa em minha mente, não tem qualquer influência sobre o ser das coisas, não podendo eu fazê-las existir assim que eu agrego ideias em minha mente.

Porém, dir-se-á que a ideia de Deus inclui a existência necessária, logo Deus tem uma existência necessária.

Eu respondo: a ideia de Deus, até onde o nome Deus simboliza a eterna primeira causa, inclui a existência necessária.

Até agora, o Ateu e o Teísta estão de acordo; ou ainda, não há Ateu que negue um eterno Ente primeiro, o qual possui existência necessária. Aquilo que estabelece a diferença entre o Teísta e o Ateu é: o Teísta diz que esse Ente eterno, o qual possui existência necessária, é um espírito cognoscente; o Ateu [diz] que é uma matéria cega sem pensamento, isso porque a solução dessa questão – a reunião da ideia de existência necessária com aquela do eterno Ente (ou Substância) primeiro – não resolve nada. Se esse eterno Ente primeiro, existindo necessariamente, é material ou imaterial, cogitativo ou não, isto precisa ser provado de outra forma, e quando então um Deus é comprovado, a existência necessária será incluída na ideia de Deus, e não desde o princípio. Isso porque um eterno Ente necessariamente existente, material e sem cognição não é o Deus teísta. Desde modo, essa existência real é apenas pressuposta por cada lado, e a adição em nossos pensamentos da ideia de existência necessária a uma ideia de substância material sem percepção, ou à ideia de um espírito imaterial cognoscente, não faz com que qualquer deles exista, não altera nada na realidade de suas existências, pois nossas ideias não alteram nada na realidade das coisas, por exemplo. O Ateu poderia acrescentar à sua ideia de matéria



a existência necessária; ele talvez faça isso se lhe agradar, porém ele, dessa forma, não irá provar, de fato, a existência de qualquer coisa através dessa ideia; ele precisa primeiro provar a existência de uma matéria eterna e onipotente, e isso através de outras formas que não a própria ideia, e então ela será provada como evidentemente uma ideia verdadeira. Até então ela é apenas precária - feita ao bel-prazer - e não prova nada acerca da [sua] real existência, haja vista a razão acima mencionada, isto é, que nossas ideias não produzem ou alteram nada na real existência das coisas, nem se seguirá que, porque podemos conceber tal ideia complexa em nossas mentes, qualquer coisa realmente existente na natureza corresponde a ela.

Através das ideias na mente, nós discernimos concordância ou discordância de ideias que possuem como que uma existência ideal em nossas mentes, mas isso não vai além, não prova a real existência, pois a verdade que então conhecemos é apenas [aquela] de nossas ideias e é aplicável a coisas apenas quando elas supostamente existem, correspondendo a tais ideias. Mas qualquer ideia, simples ou complexa, por estar meramente em nossa mente, não é evidência da real existência de qualquer coisa fora de nossas mentes, correspondendo a essa ideia. Existência real só pode ser provada pela existência real e, portanto, a real existência de um Deus só pode ser provada pela existência de outras coisas. A real existência de outras coisas fora de nós pode ser evidenciada apenas através de nossos sentidos¹⁹, mas nossa própria existência é conhecida por nós através de uma certeza maior do que aquela que os nossos sentidos podem dar acerca da existência de outras coisas, e isso é a percepção interna, a autoconsciência ou intuição²⁰, de onde, portanto, pode ser extraída, através de uma sequência de ideias, a mais segura e incontestável prova da existência de um Deus²¹. J. L.

¹⁹ *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, Livro IV, Capítulo XI.

²⁰ *Idem*, Livro IV, Capítulo IX.

²¹ *Idem*, Livro IV, Capítulo X.



REFERÊNCIAS

ANSELMO, S. **Proslógio**. Porto Alegre: Concreta, 2016.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Meditações sobre filosofia primeira**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **Princípios de filosofia**. S.l.: Hemus, 2007.

CRAIG, W. L. **The cosmological argument from Plato to Leibniz**. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2001.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KING, P. **The life of John Locke**: with extracts from his correspondence, journals and common-place books. Londres: H. Colburn, 1829.

LOCKE, L. **Deus Des Cartes's proof of a god from the Idea of necessary existence examinded 1696**. Disponível em <http://www.digitallockeproject.nl/cgi/t/text/text-idx?c=locke;sid=3e5881cb307adfae54db4e6b49e72b98;rgn=div1;idno=DLP-ADD;view=text;node=DLP-ADD%3A1;cc=locke>. Acesso em 07 agosto, 2017.

_____. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, C. E.; MONTEIRO, J. P. Locke – vida e obra. In: LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MERINO, J. A. **Juan Duns Escoto**: introducción a su pensamiento filosófico-teológico. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007.

SCOT, D. **Tratado do primeiro princípio**. São Paulo: É Realizações, 2015.